

## **Radicalismo e redistribuição na América Latina (1990-2010): governos radicais e gastos sociais**

**Rodrigo Lins**

*Doutorando, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE*

**Matheus Cunha**

*Mestrando, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE*

Por que alguns governos redistribuem renda mais do que os outros? A teoria basilar de redistribuição (MELTZER e RICHARDS, 1981) postula que gastos redistributivos crescem à medida que o eleitor médio se distancia da mediana da distribuição de renda de uma sociedade. Porém, padrões de redistribuição variam bastante entre governos, mesmo na presença de níveis similares de desigualdade. A fim de contribuir para o conjunto de variáveis explicativas desse fenômeno (RODRIG, 1998; MILANOVIC, 2000; IVERSEN e SOSKICE, 2006), sugerimos a hipótese que governos mais radicais tendem a ter mais gastos sociais do que os moderados. Definimos radicalismo com as duas dimensões apresentadas por Pérez-Liñan (2016): (1) nível de polarização das políticas do ator político e (2) tentativa e implementá-las no curto ou médio prazo. Para testar essa hipótese, analisamos 19 países da América Latina entre 1990 e 2010. Escolhemos a América Latina tanto pelos níveis historicamente imensos de desigualdade de renda, quanto pelo fato de que, nesse período, governos radicais surgiram em alguns países da amostra. Utilizamos um desenho de pesquisa de seleção em observáveis, mobilizando uma técnica de análise de painel com efeitos fixos e aleatórios. Nossos resultados apontam que o radicalismo do governo não é uma variável significativa na explicação da variação em gastos redistributivos quando controlada por ideologia, nível de globalização e demais variáveis. Porém, encontramos um efeito substancial e positivo para o grau de radicalismo da oposição política. Concluímos que mais gastos sociais podem ser uma estratégia de barganha de líderes políticos confrontados com oposições conflitivas.

Palavras-chave: radicalismo; redistribuição; América Latina.

### **INTRODUÇÃO**

Governos radicais são mais propensos a redistribuir renda do que governos moderados? A distribuição de renda vem sendo um tópico bastante debatido há pelo menos 37 anos, contados a partir da teoria de Meltzer e Richards (1981). Partindo da ideia principal dos autores – que maior desigualdade gera maior redistribuição de renda –, a literatura a

respeito do tema se desenvolveu e abarca uma série de possíveis determinantes de redistribuição de renda.

A hipótese que levantamos é a de que, tendo o objetivo de se manter no governo em mente, o radicalismo do governo e de seus aliados também levaria à maior redistribuição. Quanto mais radical um governo, argumentamos que menos amarras ele tem em relação ao desequilíbrio das contas públicas. Metodologicamente, este trabalho faz uso de regressão linear *pooled* e de análise de painel com efeitos fixos e aleatórios.

O restante do trabalho está estruturado da seguinte forma: (1) fazemos uma revisão da literatura sobre a redistribuição de renda; (2) revisamos o conceito de radicalismo, elaborado por Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) e Pérez-Liñán (2016), e explicamos o mecanismo causal esperado. Então (3) apresentamos nossos dados e métodos a serem utilizados e (4) os resultados. Finalmente, (5) apresentamos nossas considerações finais.

## POR QUE OS GOVERNOS REDISTRIBUEM?

A questão por trás do que motiva uma maior ou menor redistribuição de renda por parte do governo começa a ser tratada de maneira mais estruturada por Meltzer e Richards (1981). Para os autores, quanto mais desigual uma sociedade é, mais ativo deve ser o governo. Em um modelo de equilíbrio geral – onde se leva em conta o efeito dos incentivos, o desejo de redistribuição, e a ausência da miopia ou ilusão fiscal –, o tamanho do governo é decidido pela vontade da maioria. A balança que direcionaria como a maioria vota tenderia sempre pela vontade do eleitor decisivo. Ou seja: o eleitor mediano de Downs ([1957] 2013) segue dando as cartas. Os eleitores com renda abaixo daquela recebida pelo eleitor decisivo votam em candidatos que favorecem a redistribuição, com alto imposto e mais redistribuição. Por outro lado, aqueles que têm renda maior do que a do eleitor decisivo optam por menos impostos e menos redistribuição. Assim, podemos apresentar a hipótese com outras palavras: o tamanho do governo depende da relação da “renda média para a renda do eleitor decisivo” (MELTZER E RICHARDS, 1981).

A teoria de Meltzer e Richards é construída a partir dos pressupostos da escolha racional: as escolhas são feitas por indivíduos – que buscam maximizar sua utilidade – completamente informados a respeito do estado da economia e das consequências de tributação e redistribuição de renda.

A lógica foi seguida por Alesina e Rodrik (1994) ao analisarem a relação entre o fator político (redistribuição) e o fator econômico (crescimento). Levando em conta a “heterogeneidade da propriedade de fatores” (ALESINA E RODRIK, 1994, p. 466)<sup>1</sup>, eles afirmam que quanto menor for a parcela de renda de capital<sup>2</sup> em relação a sua renda de trabalho, maior seria a taxa ideal. A partir daí eles desenvolvem a teoria de que maior desigualdade

---

<sup>1</sup> O que os autores procuram dizer é que devido ao fato de haver uma diversidade de posse – pessoas com mais dinheiro e pessoas com menos, por exemplo – há uma divergência no ponto ideal de taxa.

<sup>2</sup> Alesina e Rodrik explicam que quando utilizam o termo capital eles têm em mente todos os ativos que produzem crescimento: capital físico, humano e propriedade de tecnologia (ver Alesina e Rodrik, 1994, p. 466).

de gera maior pressão por distribuição que, por sua vez, cria distorções econômicas e desacelera o crescimento. O mecanismo de distribuição, portanto, seria o mesmo de Meltzer e Richards (1981). Maior desigualdade leva eleitores a votar a favor de redistribuição e de carga mais alta e impostos.

O resultado também foi encontrado por Milanovic (2000), que afirmou ter realizado o primeiro estudo sobre o tema com dados adequados. Utilizando a renda antes de impostos e transferência como variável – a fim de mostrar o verdadeiro ganho dos mais pobres a partir de redistribuição – ele diz que os governos redistribuem mais quando a distribuição de renda é menos igualitária. Iversen e Cusack (2000) creditaram a atuação mais ativa do estado na implantação de políticas de bem-estar à desindustrialização. Segundo os autores, os riscos significantes da desindustrialização só poderiam ser atendidos por meio da expansão da segurança social e empregos públicos. Isso aconteceria porque os avanços tecnológicos estariam causando uma mudança estrutural na mão de obra, que estaria saindo da manufatura para serviços. Porque as habilidades dos trabalhadores desses setores não são bastante compatíveis, essa transformação na estrutura dos trabalhadores causaria insegurança (IVERSEN E CUSACK, 2000).

A lógica é semelhante para Rodrik (1998). O trabalho do autor chega à conclusão de que pode haver uma complementação entre estado e mercado. Essa conclusão é alcançada após Rodrik observar a forte correlação entre abertura econômica e o tamanho do governo, juntamente com análise *cross-countries*. Isso aconteceria devido ao desejo do governo de reduzir os riscos provenientes da exposição de sua economia. Essa visão é corroborada por Rezende (1996; 2016) em sua teoria dos leviatãs fora do lugar. Para o autor, a atuação de um estado mais interventor estaria presente em países com maior presença no mundo globalizado. Ele afirma que os governos “estariam se envolvendo decisivamente para dar conta de proteger as sociedades da exposição ao risco que as democracias e os mercados globais colocam sobre a governabilidade” (REZENDE, 2016, p. 42).

Já no século 21, uma série de importantes contribuições foram feitas ao modelo. Bradley *et al.* (2003) apresenta um estudo com casos formados por economias pós-industriais e encontra uma forte relação entre o resultado de políticas de redistribuição e o peso de classes “subordinadas na balança do poder de classe” (BRADLEY *Et al.*, 2003, p. 227). Os autores instrumentalizaram esse achado a partir da força do movimento sindical, mobilização do partido de esquerda e governo de partidos de esquerda.

Iversen e Soskice (2006) afirmam que a ideia inicial de Richards e Meltzer falha ao não explicar a grande variação na redistribuição posta em prática por governos em diferentes democracias. A hipótese levantada pelos autores é a de que os sistemas eleitorais desempenham papel fundamental, uma vez que moldam a natureza de partidos políticos e a composição do governo e, dessa forma, a redistribuição. Eles afirmam: (1) governos de centro-esquerda dominam os sistemas de representação proporcional (RP) enquanto governos de centro-direita dominam sistemas majoritários; (2) e sistemas de RP tendem a redistribuir mais do que sistemas majoritários<sup>3</sup>. O modelo também dá atenção às classes e

---

<sup>3</sup> Indo no sentido da argumentação clássica de Lijphart (1994) sobre a “generosidade” de democracias regidas por sistemas proporcionais.

divide os eleitores em três grupos: baixa renda (L), renda média (M), e renda alta (H). Isso acontece, segundo os autores, porque em um sistema majoritário o eleitor de renda mediana tem mais a temer de uma coalizão LM do que uma MH. Para que seja possível ser eleito em um sistema majoritário, é preciso que haja uma coalizão, onde os partidos L e H buscam apoio de M. Para conseguir angariar tal apoio, o discurso dos partidos buscará uma posição mais à mediana<sup>4</sup>. Uma vez eleito, no entanto, uma possível coalizão LM poderia dar uma guinada à esquerda, fazendo com que houvesse taxaço para M e H, mas com redistribuição apenas para L. Por sua vez, uma coalizão MH, no limite, não redistribuiria, mas também não taxaria. Assim, M tende a estar mais próximo de H em sistemas majoritários. Em um sistema RP, não haveria o temor de que M fosse levado a uma guinada à esquerda porque o partido é representativo e pode evitar que políticas mais radicais sejam colocadas em prática. Dessa forma, ele pode se aliar a L para taxar H e compartilhar a renda que for redistribuída (IVERSEN E SOSKICE, 2006).

Lupu e Pontusson (2011) retomam a ideia de que a desigualdade influencia a redistribuição de renda. No entanto, para eles não é a desigualdade em si que constrange o governo a colocar em prática políticas de redistribuição. Seria a estrutura da desigualdade que importa. Isso seria fundamental para explicar o motivo que faz com que o modelo de Meltzer e Richard não consiga explicar a variância nos níveis de redistribuição em países da OCDE. Partindo da ideia de eleitores divididos em três classes – da mesma forma que Iversen e Soskice (2006) –, é o eleitor com renda média quem influencia o sentido que a política de redistribuição seguirá.

Dessa forma, eles apresentam a seguinte hipótese: na ausência de clivagens étnicas, eleitores de renda média irão se identificar com os pobres e apoiar políticas redistributivas quando a distância da renda da classe média e dos pobres for pequena em relação a distância de renda entre a classe média e a afluenta (*skew*). Com o objetivo de tornar os achados mais robustos, os autores utilizam modelos com duas variáveis dependentes diferentes que, em certa medida, mensuram redistribuição. A primeira é a mudança percentual que se observa no Gini entre o antes e depois de taxaço e transferência governamental. A segunda é o gasto social com não-idosos – similar com a que usaremos. A análise levantada pelos autores parece confirmar a hipótese.

Przeworski (2018), no entanto, faz uma ressalva: quando a desigualdade de renda gera uma desigualdade política, o crescimento da primeira não leva o governo a redistribuir mais. Assim, há uma relação não-linear em formato de sino: quando há um crescimento da desigualdade, o gasto social aumenta, mas apenas até um dado ponto. A partir daí o crescimento da desigualdade é recebido com cortes sociais.

Outra característica das preferências de redistribuição mencionada por Lupu e Pontusson (2011) diz respeito à participação das mulheres na força de trabalho. Como mostra Iversen e Rosenbluth (2006), o *gap* moderno de gênero tem as mulheres votando à esquerda dos homens. Um possível motivo seria o fato da desigualdade de renda proveniente dos salários mais altos pagos aos homens.

Finalmente, é levado em consideração o papel desempenhado pelo sistema par-

---

<sup>4</sup> Da mesma forma que já havia sido apresentado por Downs ([1957] 2013).

tidário. Em sistemas multipartidários, o presidente precisa trabalhar com coalizões para poder governar e pôr em prática as políticas públicas, como redistribuição. No entanto, quanto maior o número de partidos, mais difícil será de formar uma coalizão coesa. Esse argumento já foi apresentado por Linz (1990).

## RESSALVAS AOS ESTUDOS SOBRE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Parece simples indicar que a redistribuição de renda via política pública ocorre através da sobretaxação de determinados grupos sociais em prol de outros. É o típico cenário de arena redistributiva sugerido por Lowi (1972). Já que neste artigo operacionalizaremos redistribuição como função dos gastos sociais dos governos, ou seja, trataremos de parte das despesas governamentais, precisamos fazer duas principais ressalvas.

A primeira vem da constatação lógica de que não há despesa sem receitas, e de que as receitas de um Estado são por si só mecanismos de aumento ou redução da desigualdade de renda. Essa é a discussão presente na literatura que trata sobre a incidência de impostos regressivos e progressivos (BRECEDA *et al.* 2008; GOÑI *et al.*, 2011; HIGGINS *et al.*, 2014). Impostos regressivos são os que incidem sobre consumo; sobre bens e serviços. Costumam integrar o preço final do bem adquirido pelo consumidor, de modo que são classificados como indiretos. Já os progressivos são impostos diretos e – mais importantemente – visíveis ao consumidor. Em outras palavras, são os impostos sobre a renda, e exigem uma burocracia estatal mais especializada e hábil para que sejam coletados com eficiência.

Taxar, ou seja, financiar a si mesmo, é a função basilar de qualquer Estado (BESLEY e PERSSON, 2009). A partir de impostos, o Estado pode desempenhar suas funções mínimas, sociais e econômicas (REZENDE, 1996). Contudo, *failed states* (ou próximos disso), novas democracias e países em desenvolvimento enfrentam barreiras consideráveis à formação de um aparato burocrático capaz de coletar impostos diretos com eficiência (FUKUYAMA, 2013), além de dificuldades em manter um substrato estável e suficientemente grande do qual extrair esses impostos. Por isso, é comum que seja feita a escolha por impostos indiretos, mais fáceis de serem coletados (também a menores custos). Isso acarreta em um problema: impostos indiretos incidem sobretudo sobre os quantis mais pobres da população, já que estes dispõem de menor renda para arcar com aumentos nos preços de bens e serviços. Essa situação pode – no limite – vir a gerar paradoxos empíricos: seria possível encontrar governos com altas despesas sociais e pouca redução da desigualdade de renda, uma vez que os gastos são alimentados por uma estrutura regressiva de impostos.

Nossa segunda (e mais breve) ressalva recai sobre a literatura de políticas públicas. Dentro do termo “gastos sociais” estão diversos tipos de políticas, como políticas assistencialistas, previdência social, gastos com educação, dentre outras. Todas essas políticas (que inclusive podem ser altamente descentralizadas) são o produto de órgãos decisórios e coalizões que as escolhem e sustentam no decorrer do tempo (SABATIER, 1988). Dessa forma, seja por *path dependency*, custos de mudança, custos de transação, agência de grupos de interesse ou pela própria engenharia institucional de cada país, políticas não-ótimas

podem continuar se mantendo quando as teorias abordadas acima predizem um resultado diferente, ou que deveria haver alguma mudança. Infelizmente, não dispomos dos dados para lidar com essas questões, mas as abordaremos futuramente. Em segundo lugar, ressaltamos que o nível de descentralização de políticas e do gasto social dentro de cada país pode reduzir o efeito do nível de radicalismo do governo central sobre o nível de gasto.

## COLOCANDO RADICALISMO NA EQUAÇÃO: AMÉRICA LATINA<sup>5</sup>

Uma variável explicativa ainda não utilizada de maneira sistemática na literatura de redistribuição é o grau de radicalismo do governo e da oposição. Em que grau tais condições impactam, se é que impactam, o tamanho do governo? Antes, portanto, é preciso desprender esforço para conceituar o radicalismo e apresentar a sua instrumentalização.

Como afirma Pérez-Liñán (2016), a América Latina assistiu a uma ascensão do nível de atores radicais entre governos e seus aliados a partir do início do século 21. Mas o que seriam esses atores radicais? Para que um ator seja considerado radical da forma conceituada por Mainwaring e Pérez-Liñán (2013; 2014) e Pérez-Liñán (2016), é preciso duas características: (1) que o ator tenha seus objetivos de políticas públicas em algum dos polos do espectro político (direita ou esquerda); e (2) que ele sinta a necessidade de alcançar a política desejada no curto ou médio prazo. Assim, não se deve levar em conta apenas a substância das políticas públicas submetidas, mas também a intensidade dos atores em relação às suas preferências. Tal intensidade tornaria os atores mais intransigentes e pouco afeitos à política de “dar-e-receber” da democracia. Dessa forma, os autores codificaram atores governistas como radicais quando: (1) expressaram preferências ou comportamento intransigente para alcançar posições políticas no curto prazo ou para preservar posições extremas quando elas já haviam sido colocadas em prática; (2) expressaram vontade de subverter a lei para alcançar algum objetivo político; implementaram políticas polarizadoras que deliberadamente impuseram custos substanciais a outros atores (MAINWARING E PÉREZ-LIÑÁN, 2013)<sup>6</sup>.

O governo e seus partidários, assim como a oposição, podem ter preferências políticas radicais. O governo pode decidir adotar políticas extremas que levem o país à esquerda ou à direita sem que haja negociação com a oposição e seus eleitores. O radicalismo pode ser transformativo, como no caso de Fujimori, no Peru. Durante a campanha presidencial de 1990, Mario Vargas Llosa tinha uma plataforma econômica neoliberal, que buscava acabar com leis que garantiam estabilidade no emprego. Por outro lado, sob uma campanha que buscava alcançar as classes mais baixas, Fujimori adotou um tom social, prometendo estabilização sem recessão ou fechamento de postos de trabalho. No entanto, uma vez eleito, Fujimori deixou de lado as políticas propostas em campanha e deu uma guinada

---

<sup>5</sup> Assim como Mainwaring e Pérez-Liñán (2013), consideramos como América Latina o grupo de 20 países colonizados por Espanha, França e Portugal. Eles são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

<sup>6</sup> Para acessar as regras utilizadas por Mainwaring e Pérez-Liñán na codificação de radicalismo, ver: [http://kellogg.nd.edu/sites/default/files/Actors\\_Coding\\_Rules.pdf](http://kellogg.nd.edu/sites/default/files/Actors_Coding_Rules.pdf).

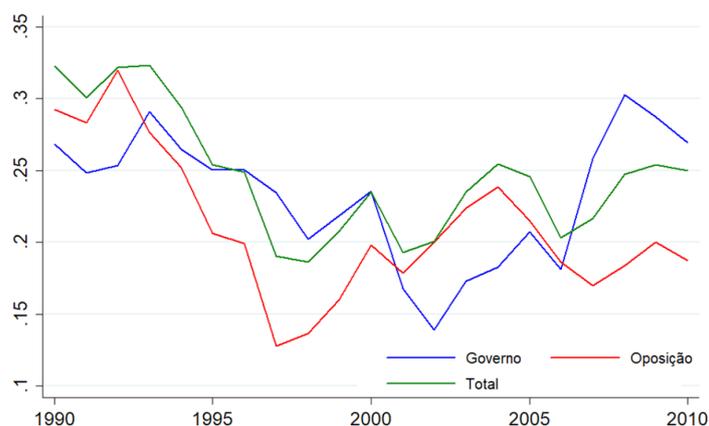
liberal em sua política econômica<sup>7</sup>, tendo viajado para encontrar com líderes financeiros e de governo nas primeiras semanas após chegar ao poder (STOKES, 2001).

O radicalismo também pode ser reacionário, com o governo se recusando a propor um debate público ao tratar de políticas públicas controversas. Esse é o caso de regimes autoritários, onde os líderes defendem determinadas decisões de maneira intransigente. Para manter a analogia, pode-se afirmar que essa foi a situação política do Peru após o “Fujishock”<sup>8</sup>.

De forma direta, então, os autores afirmam que encontra-se radicalismo onde há “*urgency to achieve policy goals in the short to medium term where they do not represent the status quo or into an intransigent defense of these positions where they represent the status quo*” (MAINWARING E PÉREZ-LIÑÁN, 2013, p. 36). Em casos extremos, tanto o governo quanto a oposição poderiam apelar para a violência com o objetivo de ter seu desejo atendido.

Portanto a teoria aqui proposta argumenta que governos radicais estariam dispostos a colocar em prática políticas de redistribuição por esperarem que, dessa forma, os eleitores os premiariam nas eleições seguintes. A figura 1 mostra a variação da média do valor de radicalismo total, do governo e da oposição para o período estudado.

Figura 1 - Média de Radicalismo



Fonte: elaboração dos autores.

## DADOS E MÉTODOS<sup>9</sup>

Essa seção apresenta os procedimentos metodológicos com o objetivo de garantir

<sup>7</sup> É possível argumentar que o radicalismo transformativo é uma espécie de estelionato eleitoral, uma vez que a plataforma de políticas defendida na campanha eleitoral é trocada assim que se chega ao poder. Contudo, mantemos o termo radicalismo transformativo, considerando o termo “estelionato eleitoral” ainda questionável, já que um dos princípios do governo representativo é o de que os representantes não possuem vinculação obrigatória às suas promessas ou políticas defendidas (MANIN, 1993).

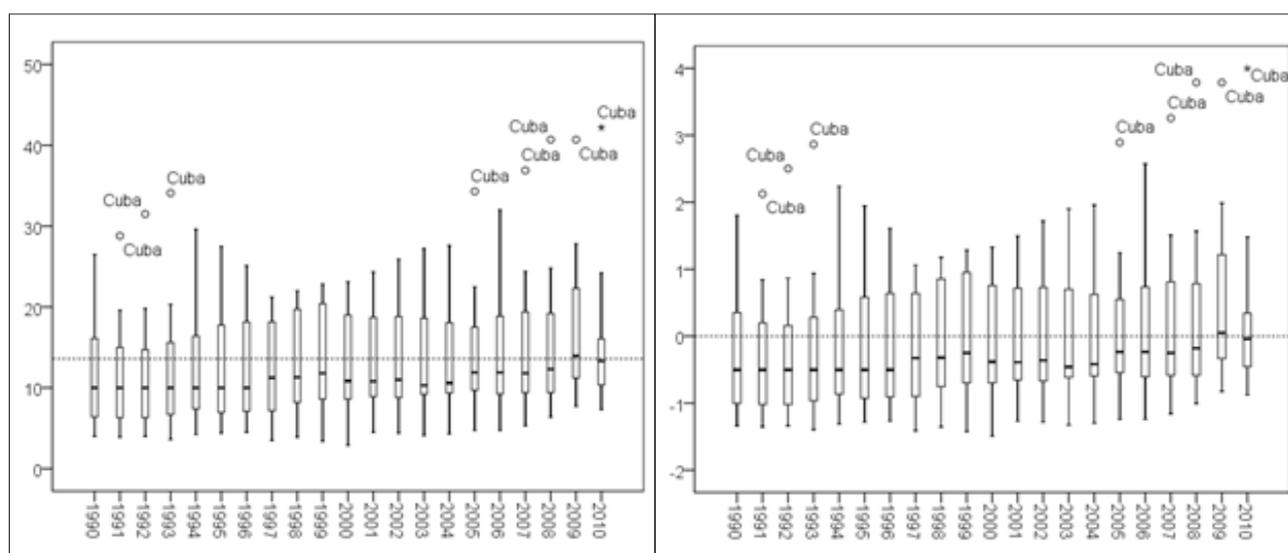
<sup>8</sup> O Fujishock é um termo utilizado para fazer referência ao pacote de aumento de preços anunciado por Fujimori dez dias após tomar posse. Ver Stokes (2001), p 53.

<sup>9</sup> Informações adicionais, como o banco de dados, o codebook e o anexo online, podem ser obtidas na página do Open Science Framework (OSF) do projeto: [osf.io/q4epm](https://osf.io/q4epm).

a transparência do desenho de pesquisa e a replicabilidade dos resultados (KING, 1995; 2003; JANZ, 2015). Nosso trabalho inclui todos os países caracterizados como América Latina por Mainwaring e Pérez-Liñán (2013), com a exclusão do Haiti por não haver dados disponíveis para nossa variável dependente.

Seguindo a literatura corrente (LUPU E PONTUSSON, 2011), buscamos utilizar o gasto social como percentual do PIB dos governos como uma *proxy* para a redistribuição. Os dados para a nossa variável dependente – os gastos sociais dos países latino-americanos – foram coletados pela Cepal. A figura 2 apresenta a média e a variação da variável em cada ano observado.

Figura 2 - Distribuição dos Gastos Sociais (Social\_spen)



Fonte: elaboração dos autores.

A figura 1 à esquerda apresenta a distribuição sem que os dados estejam padronizados. O eixo Y representa o gasto social como percentual do PIB e o traço horizontal pontilhado, a média. Cuba aparece sistematicamente acima da média. Em 2010, o país aparece como um *outlier*<sup>10</sup>. Buscando confirmar o posicionamento do país, mostramos os dados padronizados à direita, onde o eixo Y representa os desvios padrões (escore Z) e o traço pontilhado novamente é a média<sup>11</sup>. Nos anos finais do estudo, entre 2007 e 2010, Cuba aparece acima do limite de 2,5 desvios padrões e, assim, passa a ser de fato considerado *outlier*.

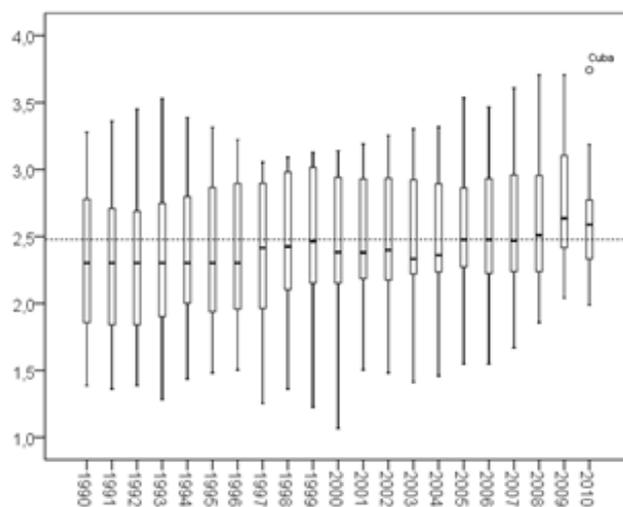
Levando em consideração a distribuição longe da normalidade dos gastos sociais<sup>12</sup>, optamos por utilizar o logaritmo natural como a variável dependente. A figura 3 apresenta a distribuição para tal variável.

<sup>10</sup> Para definição de outlier, ver Hawkins (1980).

<sup>11</sup> A utilização do escore Z como forma de avaliar a posição das observações é uma das ferramentas apresentadas por Agresti e Finlay (2012) e Figueiredo Filho e Silva (2016).

<sup>12</sup> Gráficos com a distribuição das variáveis gasto social e logaritmo do gasto social podem ser encontrados no anexo online

Figura 3 - Distribuição do Log Natural dos Gastos Sociais (Ln\_Social\_spen)

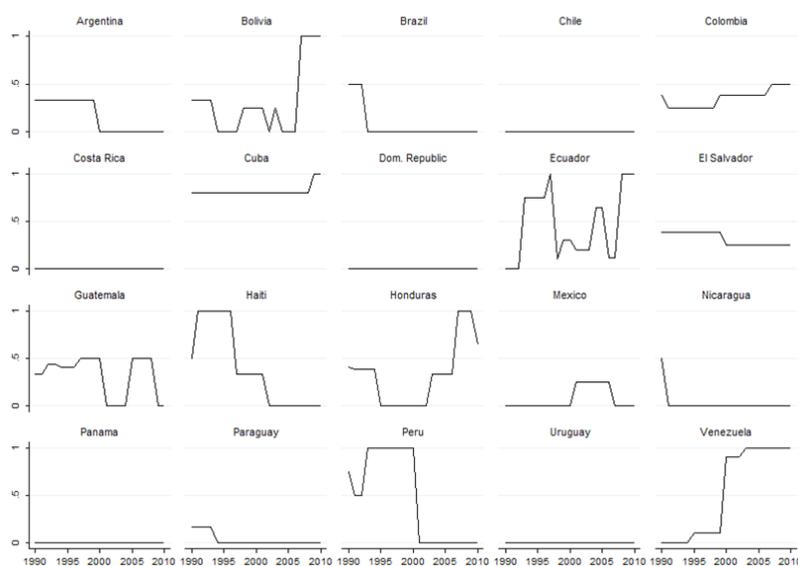


Fonte: elaboração dos autores.

Uma das consequências do uso do logaritmo natural já pode ser percebida: Cuba aparece como um *outlier* apenas no último ano estudado. Com o objetivo de indicar os resultados da maneira mais transparente possível, apresentaremos o modelo duas vezes. Uma com o gasto social como VD e outra com o logaritmo do gasto social.

Já a nossa variável explicativa – o radicalismo do governo e de seus aliados – é apresentada separadamente para cada país incluído no trabalho. Como mencionado, foi retirada do trabalho de Mainwaring e Pérez-Liñán (2013). A figura 4 apresenta a tendência da variável dentro do período estudado.

Figura 4 - Tendência do Radicalismo do Governo e Aliados, 1990-2010



Fonte: elaboração dos autores, com dados de Mainwaring e Pérez-Liñán (2013).

Como era de se esperar, Cuba é o país com o nível mais alto de radicalismo do governo e de seus aliados, assim como o mais constante. A Venezuela e a Bolívia experimentaram uma forte ascensão do radicalismo no início do século 21. O Peru seguiu o sentido contrário, tornando-se um país com governos mais comedidos. O Equador apresenta uma das maiores variações.

Cinco países se destacam por nunca terem tido um governo radical entre 1990 e 2010: Chile, Costa Rica, Panamá, Uruguai e República Dominicana. Essas observações podem ser constatadas no quadro 1, que sumariza os dados descritivos da mesma variável.

Quadro 1 - Descritivo de Radicalismo do Governo e Aliados, 1990-2010

País	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Argentina	0	0,33	0,1587	0,17059
Bolívia	0	1	0,3135	0,36696
Brazil	0	0,5	0,0714	0,17928
Chile	0	0	0	0
Colômbia	0,25	0,5	0,3512	0,0937
Costa Rica	0	0	0	0
Cuba	0,8	1	0,819	0,06016
Dominican Rep	0	0	0	0
Ecuador	0	1	0,467	0,3762
El Salvador	0,25	0,38	0,3095	0,06397
Guatemala	0	0,5	0,3202	0,21409
Haiti	0	1	0,3889	0,42601
Honduras	0	1	0,3274	0,34122
México	0	0,25	0,0714	0,11513
Nicaragua	0	0,5	0,0238	0,10911
Panamá	0	0	0	0
Paraguai	0	0,17	0,0317	0,06706
Peru	0	1	0,4643	0,47622
Uruguay	0	0	0	0
Venezuela	0	1	0,5333	0,47469
Geral	0	1	0,2326	0,32795

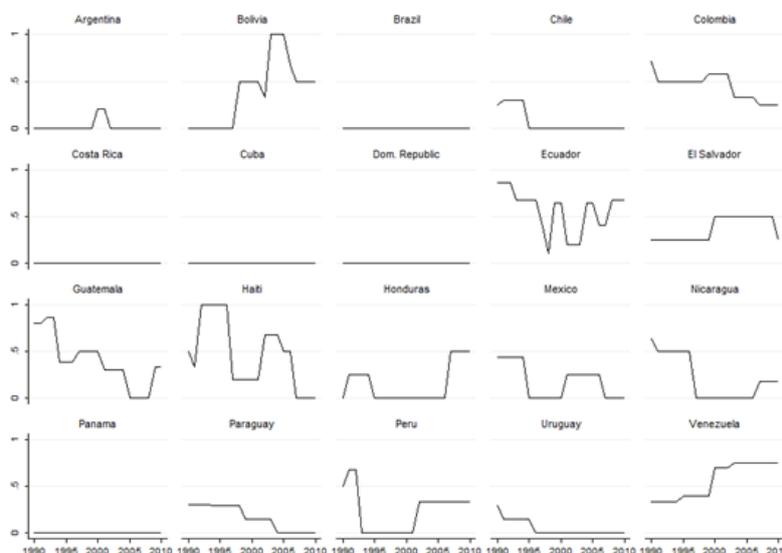
Fonte: elaboração dos autores, com dados de Mainwaring e Pérez-Liñán (2013).

O quadro 1 também mostra que seis países experimentaram os dois extremos do radicalismo governamental. Um valor mínimo de 0 e um máximo de 1 foi obtido por Bolívia, Equador, Haiti, Honduras, Peru e Venezuela. Cuba tem a maior média, com 0,8, à frente da Venezuela (0,5) e Peru (0,5).

Apesar de o radicalismo da oposição não ser a principal variável explicativa em nosso modelo teórico, também a apresentamos em separado devido ao fato de ela ainda não ter sido explorada em outros trabalhos<sup>13</sup>. A figura 5 apresenta a tendência do radicalismo da oposição no período estudado, separado por casos.

<sup>13</sup> Em busca de uma base para governar, o presidente pode aumentar ou diminuir os gastos sociais de acordo com a posição da oposição. Em países onde existe uma alta fragmentação partidária e a necessidade de formação de coalizões, o impacto tende a ser maior. Ver Coppedge (1998) e Bertholini e Pereira (2017). Agradecemos ao parecerista anônimo por chamar nossa atenção para o possível impacto da heterogeneidade ideológica.

Figura 5 – Tendência do Radicalismo da Oposição, 1990-2010



Fonte: elaboração dos autores, com dados de Mainwaring e Pérez-Liñán (2013).

A oposição se mostrou mais forte no Ecuador, com altos e baixos, e na Venezuela de maneira mais continuada. Neste último caso, a média de radicalismo foi similar entre o governo e a oposição. A Costa Rica e a República Dominicana são os únicos países em que o nível de atores radicais é zero em ambos os lados. O quadro 2 é a estatística descritiva da variável.

Quadro 2 - Descritivo de Radicalismo da Oposição, 1990-2010

País	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Argentina	0	0,2	0,019	0,06016
Bolívia	0	1	0,381	0,35411
Brazil	0	0	0	0
Chile	0	0,3	0,069	0,12696
Colômbia	0,25	0,71	0,4464	0,13639
Costa Rica	0	0	0	0
Cuba	0	0	0	0
Dominican Rep	0	0	0	0
Ecuador	0,1	0,86	0,559	0,22813
El Salvador	0,25	0,5	0,369	0,12794
Guatemala	0	0,86	0,3969	0,27086
Haiti	0	1	0,4683	0,37349
Honduras	0	0,5	0,1429	0,20266
México	0	0,43	0,1735	0,18186
Nicaragua	0	0,63	0,2044	0,23714
Panamá	0	0	0	0
Paraguay	0	0,3	0,1592	0,13001
Peru	0	0,67	0,2302	0,22655
Uruguay	0	0,29	0,0476	0,08248
Venezuela	0,33	0,75	0,5577	0,19375
Geral	0	1	0,2112	0,26696

Fonte: elaboração dos autores, com dados de Mainwaring e Pérez-Liñán (2013).

No que diz respeito ao radicalismo da oposição, Bolívia e Haiti foram os únicos países a terem experimentado os dois resultados extremos. Equador e Venezuela são os países em que a média apresenta os maiores resultados 0,6 e 0,5, respectivamente. Além das duas variáveis explicativas apresentadas, o modelo inclui também sete variáveis de controle. O quadro 3 sintetiza.

Quadro 3 – Variáveis de Controle

Variável	No banco de dados	Fonte
Globalização Econômica	Eco_Globalization	Dreher
Desemprego	Unemployment	Banco Mundial
Log Natural do RNB per capita	Ln_GNIpercapita	Autor, a partir do Banco Mundial
% das mulheres na força de trabalho	LaborForce_Female	Banco Mundial
Ideologia do Presidente	PresIdeology	Murillo, Oliveiros e Vaishnav (2010)
Idade do Regime	Regime_age	Database of Political Institutions (2015)
Fracionalização	Frac	Database of Political Institutions (2015)
Taxa de Inflação Anual	Inflation	Banco Mundial

Fonte: elaboração dos autores.

Pensando em tornar o modelo mais robusto, todas as variáveis de controle utilizadas foram retiradas da literatura sobre o tema. Elas podem ser divididas em dois grandes grupos: um de variáveis de cunho econômico e outro de variáveis majoritariamente políticas.

O primeiro grupo é formado por: globalização econômica; taxa de desemprego; rendimento per capita; parcela de mulheres na força de trabalho; e taxa de inflação. No que diz respeito à globalização econômica, espera-se que ela tenha um impacto positivo na redistribuição. O argumento é o de que os governos buscam “corrigir” possíveis problemas advindos da abertura do mercado. Já a respeito da taxa de desemprego, seguimos o estudo clássico de Meltzer e Richards (1981) e também esperamos que maior desemprego seja correspondido com maior gasto social. Outra maneira de tratar a desigualdade é por meio do rendimento per capita do país. Optamos pelo uso do log natural do Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita para desacelerar o efeito e torna-lo padrão para todas as observações. Controlamos pelo percentual de mulheres na força de trabalho, levando em consideração a hipótese de que maior a presença das mulheres na força de trabalho, maior é a tendência a elevar os gastos sociais e redistributivos. Também acrescentamos as taxas de inflação acumulada dos países, partindo do pressuposto que a inflação atua como um imposto regressivo, atingindo sobretudo os mais pobres, aumentando a desigualdade e por sua vez estimulando o aumento dos gastos. O quadro 4 apresenta as hipóteses do primeiro grupo.

## Quadro 4 – Hipóteses relacionadas às variáveis econômicas

H1: quanto mais globalizado, maior o gasto social;  
 H2: quanto maior o desemprego, maior a redistribuição de renda;  
 H3: quanto maior a RNB, maior o gasto social;  
 H4: quanto mais mulheres na força de trabalho, maior a redistribuição de renda;  
 H5: quanto maior a taxa de inflação, maior o gasto social.

Fonte: elaboração dos autores.

Adicionamos outras três variáveis de controle baseando-nos nas características políticas da região: uma variável que classifica a ideologia do presidente; a idade do regime democrático; e a fracionalização. Com isso, pretendemos controlar para governos de esquerda, que dominaram a política da região na última metade do tempo estudado. Como historicamente os partidos de esquerda têm maior preocupação com desigualdade, espera-se que eles gastem uma maior parcela do orçamento com gastos sociais.

Também levamos em consideração os regimes autoritários do passado recente que tomaram conta da região. A tabela 1 mostra a correlação entre o gasto social (e seu logaritmo) e a ideologia do presidente.

Tabela 1 – Correlação entre Gasto Social e Ideologia

	<b>Social_spen</b>	<b>PresIdeology</b>
Social_spen	1	
PresIdeology	-0,3496	1
	<b>Ln_Social_spen</b>	<b>PresIdeology</b>
Ln_Social_spen	1	
PresIdeology	-0,317	1

Fonte: elaboração dos autores.

É possível perceber que a correlação é apenas moderada, apesar de seguir o sentido esperado e ser estatisticamente significativa. Isso implica dizer, a princípio, que não há forte ligação – portanto não há viés – entre os gastos sociais (ou seu logaritmo natural) e a ideologia do presidente. Finalmente, a fracionalização do regime é mensurada a partir da probabilidade de dois deputados escolhidos ao acaso serem de partidos diferentes. Levando em consideração a necessidade de formar coalizões, espera-se que o governo use seu poder de direcionar verba como forma de atrair membros para sua base.

## Quadro 5 – Hipóteses relacionadas às variáveis econômicas

H1: quanto mais à esquerda o presidente, maior a redistribuição de renda;  
 H2: quanto mais antigo o regime, maior o gasto social;  
 H3: quanto maior a fracionalização, maior a redistribuição de renda.

Fonte: elaboração dos autores.

Os métodos que utilizaremos para nosso modelo é análise painel balanceada, incluindo ambos efeitos fixos e aleatórios. Apesar de apresentarmos os dois resultados, cada

modelo terá um dos dois como foco, baseando-nos sempre em um teste de especificação de Hausman<sup>14</sup> ou de Sargan-Hansen<sup>15</sup>.

Também apresentaremos os resultados de uma regressão de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) *pooled*, mas é preciso ter em mente que tal modelo ignora a característica *cross-section time-series* dos dados. Ou seja, ele não distingue entre as observações e ignora a individualidade de cada país. Ao todo, são 19 casos *cross-section* e 21 *time-series*. O quadro 6 descreve o modelo.

Quadro 6 – Resumo do Modelo de Análise em Painel

panel variable	Countrynum (strongly balanced)
time variable	Year, 1990 to 2010
delta	1 year

Fonte: elaboração dos autores.

O modelo é fortemente balanceado, contando com 20 países e indo de 1990 a 2010. O delta, que mensura o intervalo de tempo, é de um ano. Na análise com efeitos fixos, os efeitos aleatórios específicos dos indivíduos “podem ser correlacionados com os regressores, o que permite uma forma limitada de endogeneidade” (FÁVERO, 2014, p. 225). De maneira mais simples, Gujarati (2011) diz que tal modelo permite que o intercepto de cada observação não varie no tempo: “*In the fixed effects model it is assumed that the individual specific coefficient  $B1i$  is fixed for each subject, that is, it is time-invariant*” (GUJARATI, 2011, p. 288).

Por outro lado, os modelos com efeitos aleatórios acontecem quando “os parâmetros (dos efeitos aleatórios específicos) e os termos de erro idiossincráticos são independentes e identicamente distribuídos” (FÁVERO, 2014, p. 226). Seguindo a apresentação de Gujarati: “*In the random effects model it is assumed that  $B1i$  is a random variable with a mean value of  $B1$  (...)*” (GUJARATI, 2011, p. 288). A formulação matemática de um modelo de dados em painel com efeitos fixos pode ser visto na equação (1):

$$Y_{it} = \beta_{0it} + x'_{it} \beta + \varepsilon_{it}$$

Onde  $Y$  é a variável dependente,  $\beta_0$  são os efeitos aleatórios específicos dos indivíduos,  $x$  são os regressores e  $\varepsilon$  o erro idiossincrático. Levando em consideração as diferenças entre os modelos utilizados, podemos ver a formulação matemática para efeitos aleatórios na equação (2):

$$Y_{it} = x'_{it} \beta_1 + (\beta_{0it} + \varepsilon_{it})$$

Computacionalmente, utilizamos o *software* Stata/SE, versão 13, para realizarmos as análises. Já para os gráficos elaborados e editados, além do Stata/SE também usamos

<sup>14</sup> O teste de Hausman avalia a diferença de quadrados entre os coeficientes de regressão estimados pelos efeitos fixos e aleatórios. Sua hipótese nula afirma que não há diferença entre os efeitos. Para valores estatisticamente significativos, recomenda-se o uso de modelos de efeitos fixos. Caso a hipótese nula não possa ser rejeitada, recomenda-se o uso de modelos de efeitos aleatórios. Ver Gujarati (2011), p. 290.

<sup>15</sup> Os resultados de ambos os testes estão disponíveis em anexo online na página do OSF.

o Statistical Package for Social Sciences (SPSS), versão 22.

É importante reportar que o trabalho sofre com limitação de dados. Alguns países são subrepresentados por não haver dados disponíveis. É o caso, por exemplo, da Colômbia e da República Dominicana, que possuem dados apenas para 11 anos (2000-2010) em nossa variável dependente.

## RESULTADOS

Uma vez que apresentamos os dados utilizados e os métodos empregados, apresentaremos agora os resultados obtidos. Primeiro, na tabela 2, fizemos a análise excluindo as observações de Cuba e Haiti, levando em conta que o primeiro país aparece como *outlier* no gasto social dos governos e ambos não possuem dados para a variável que conceitua a ideologia do presidente. Em seguida, apresentamos os modelos com todos os países incluídos no estudo<sup>16</sup>.

Tabela 2 – Determinantes de Gasto Social<sup>17</sup>

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Rad_gov	0,2004*	-0,1479	0,2380***	0,0966***	0,2351***	0,0929***
	(0,1096)	(0,0973)	(0,0451)	(0,0353)	(0,0450)	(0,0351)
Rad_op	-0,6565***	-0,3760***	-0,0001	0,1940***	-0,0122	0,1810***
	(0,1266)	(0,1158)	(0,0628)	(0,0503)	(0,0625)	(0,0497)
Eco_Globalization		-0,0025		-0,0047***		-0,0045***
		(0,0025)		(0,0015)		(0,0015)
Unemployment		0,0064		0,0191***		0,0190***
		(0,0062)		(0,0045)		(0,0043)
Ln_GNIpercapita		0,2142***		0,2773***		0,2757***
		(0,0379)		(0,0341)		(0,0330)
LaborForce_Female		0,0259***		0,0352***		0,0318***
		(0,0060)		(0,0078)		(0,0073)
PresIdeology		-0,0779***		-0,0078		-0,0079
		(0,0201)		(0,0090)		(0,0089)
Regime_age		0,0067***		-0,0040		-0,0028
		(0,0021)		(0,0031)		(0,0029)
Frac		-0,1302		0,1892		0,1888**
		(0,2150)		(0,0935)		(0,0930)
Inflation		0,0001		1.16e-06		2.94e-06
		(0,0001)		(0,0000)		(0,3092)
Efeitos Fixos	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
R <sup>2</sup> (overall)	0,0940	0,4508	0,0063	0,2134	0,0047	0,2284

\*\*\*p<0,01; \*\*p<0,05; \*p<0,1

Fonte: elaboração dos autores.

<sup>16</sup> Mais uma vez, ressaltamos que o Haiti não faz parte da amostra.

<sup>17</sup> Com um teste de Hausman com Prob>Chi2 = 0,8816, damos foco à análise de painel com efeitos aleatórios na tabela 2. Ver tabela 6 no anexo online.

Os modelos (1) e (2) são MQO *pooled*. Como já foi mencionado, são resultados que precisam ser descartados por não levar em conta a individualidade de cada um dos casos observados. Ainda assim, por questão de transparência, os reportamos. Os modelos (3) e (5) são espelhos, assim como o (4) e (6). Sendo (3) e (4) análise em painel com efeitos fixos e (5) e (6) com efeitos aleatórios *GLS*. Também por questão de transparência, decidimos reportar os coeficientes obtidos a partir dos efeitos fixos, ainda que o modelo de efeitos aleatórios seja o mais indicado. Todas as demais tabelas seguem o padrão da tabela 2.

Os sentidos das variáveis se comportam – no geral – como esperado. A fracionalização do regime, a ideologia do presidente, a idade do regime e a taxa de inflação não atingem significância estatística. Apesar de haver um debate sobre a validade do uso do p-valor para modelos que utilizam dados da população, ressaltamos que modelos de efeitos aleatórios são utilizados justamente para inferências além das observações analisadas, ao contrário de modelos de efeitos fixos. Seria possível, então, ignorar os critérios de p-valor ao observar os resultados dos modelos com efeitos fixos (lembrando que os resultados seriam válidos apenas para a América Latina), mas, dada a grande similaridade nos resultados atingidos pelos diferentes modelos (além dos resultados do teste de Hausman sugerirem o uso de modelos de efeitos aleatórios), recomendamos usar o critério de significância estatística ao interpretar todos os dados.

A informação mais intuitiva é o efeito substancialmente maior do RNB per capita; países mais ricos possuem Estados maiores. Essa é uma tendência observada primeiramente por Rezende (1996) que encontra amplo apoio em nossas evidências. Contudo, nosso interesse recai sobre o grau de radicalismo, que encontra tanto significância estatística (p-valor abaixo de 0,01) quanto um efeito considerável. Esse efeito, contudo, é maior para o radicalismo da oposição do que para o do próprio governo, o que demanda novas explicações (elaboradas nas conclusões do artigo).

Contrariamente ao esperado, o aumento da globalização da economia causa uma redução (mesmo que mínima) no nível de gasto social. Isso pode se dar pelo fato de que as transformações econômicas estruturais com origem na globalização se fazem sentir apenas sob níveis altos de abertura, ou seja, o efeito da variável não é linear. Já a presença de mais mulheres causa aumento do nível de gasto, dando suporte à teoria do *gap* de gênero existente nas sociedades.

A tabela 3 expõe os resultados para modelos idênticos aos da tabela 2, apenas com a inclusão de Cuba e a exclusão da variável sobre a ideologia do presidente.

Tabela 3 – Determinantes de Gasto Social<sup>18</sup>

	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
Rad_gov	0,5657*** (0,0865)	-0,0133 (0,0949)	0,2480*** (0,0459)	0,1128*** (0,0357)	0,2508*** (0,0460)	0,1092*** (0,0359)
Rad_op	-0,9781*** (0,1127)	-0,4481*** (0,1126)	-0,0032 (0,0642)	0,2091*** (0,0488)	-0,0212 (0,0641)	0,1914*** (0,0491)
Eco_Globalization		0,0062*** (0,0018)		-0,0037** (0,0015)		-0,0042*** (0,0015)
Unemployment		0,0044 (0,0061)		0,0146*** (0,0043)		0,0145*** (0,0042)
Ln_GNIpercapita		0,2485*** (0,0369)		0,2665*** (0,0326)		0,2722*** (0,0320)
LaborForce_Female		0,0326*** (0,0058)		0,0347*** (0,0060)		0,0335*** (0,0058)
Regime_age		0,0053*** (0,0019)		0,0039*** (0,0013)		-0,0035*** (0,0013)
Frac		-0,6350 (0,1651)		0,1938** (0,0942)		0,1525 (0,0938)
Inflation		0,0001 (0,0001)		-1,21e-07 (0,0000)		1,64e-06 (0,0000)
Efeitos Fixos	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
R <sup>2</sup> (overall)	0,2249	0,5227	0,0311	0,1450	0,0396	0,1758

\*\*\*p&lt;0,01; \*\*p&lt;0,05; \*p&lt;0,1

Fonte: elaboração dos autores.

Percebe-se que a inclusão de Cuba não altera significativamente os resultados. Já a exclusão da variável ideologia do presidente parece surtir dois efeitos: (1) a redução de cerca de 6% no R<sup>2</sup> e (2) o ganho de significância da variável idade do regime. O R<sup>2</sup> é uma estatística volátil, sobretudo ao se utilizar dados de painel, mas se pode supor que a ideologia do presidente interage com outra variável (provavelmente a idade do regime), e sua retirada de fato causou diminuição do poder explicativo dos modelos. O ganho de significância da idade do regime é um indício que corrobora essa suposição. O raciocínio seria o seguinte: a ascensão de presidentes de esquerda e centro-esquerda na América Latina coincidiu com o envelhecimento dos regimes – a maioria dos quais sofreu transições nos anos 80 e 90 –. A ausência de significância estatística de ambas as variáveis na Tabela 2 pode derivar do fato de que, separadas, as variáveis cancelam a significância uma da outra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese levantada, de que países com governos mais radicais também redistribuem mais, foi confirmada quando usamos os valores do logaritmo natural como variável dependente. Os sinais dos coeficientes foram no sentido esperado. Para além da hipótese

<sup>18</sup> O teste de Hausman para os modelos 10 e 12 indicou que esse poderia não ser o teste mais adequado. Assim, foi realizado outro teste de restrição de sobre-identificação (estatística Sargan-Hansen). Em ambos os casos foi sugerido o uso de efeitos aleatórios. Os testes estão disponíveis no anexo online.

levantada, o raciocínio por trás dos resultados encontrados sugere que países que possuem uma oposição mais radical também têm maior redistribuição de renda (mensurada a partir do nível de gastos sociais do governo), tendo um efeito ainda maior. Assim, diferentemente da hipótese levantada, o principal determinante da redistribuição de renda seria uma oposição radical, embora ter um governo radical também aumente a chance de redistribuição. Esses resultados são as principais contribuições deste artigo para a literatura sobre determinantes da redistribuição, mas requer explicações.

O raciocínio presente no trabalho desenvolvido por Acemoglu e Robinson (2006), ao tratar da transição de um regime autoritário para um democrático, é uma explicação a ser considerada. Frente a uma oposição forte, as elites estariam dispostas a transitar em direção à democracia por receio de que a queda do autoritarismo por meio da força faria com que perdessem mais de seus benefícios. De forma semelhante, governos que enfrentam uma oposição forte estariam dispostos a redistribuir mais renda com o objetivo de conquistar tal oposição e manter-se no poder.

Esse efeito pode ser exacerbado em países com sistemas proporcionais, visto que a oposição radical (ou ao menos parte dela) seria um ator de peso eleitoral relevante, e, portanto, teria grandes chances de participar do governo ou de ser ator de veto no Legislativo. Se o radicalismo da oposição nos países analisados é majoritariamente à esquerda, o governo cederia a pressões por aumento dos gastos sociais a fim de obter apoio (ou retirar empecilhos) às aprovações de outras pautas da agenda.

Concluimos que o efeito do radicalismo enquanto determinante dos gastos públicos se dá na dinâmica oposição x governo, com o segundo fazendo concessões ao primeiro a fim de governar. O embate político, somando-se às instituições que o regem, deveriam ser foco de análise futura, dado que determinam o surgimento e a diferença no radicalismo, tanto na oposição quanto no governo.

## REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, James A. (2006). *Economic Origins of Dictatorship and Democracy*. New York: Cambridge University Press.
- AGRESTI, A.; FINLAY, B. (2012). *Métodos Estatísticos para as Ciências Sociais*. Porto Alegre: Penso.
- ALESINA, A.; RODRIK, D. (1994). Distributive Politics and Economic Growth. In: *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 109, nº 2, p. 465-490.
- BERTHOLINI, F.; PEREIRA, C. (2017). The Price of Governing: coalition management costs in Brazil's presidential system. In: *Brazilian Journal of Public Administration*, vol. 51, nº 4, p. 528-550.
- BESLEY, T.; PERSSON, T. (2009). The Origins of State Capacity: property rights, taxation, and politics. *American Economic Review*, vol. 99, nº 4, p. 1218-1244.
- BRADLEY, D.; HUBER, E.; MOLLER, S.; NIELSON, F.; STEPHENS, J. D. (2003). Distribution and Redistribution in Postindustrial Democracies. In: *World Politics*, nº 44, p. 193-228.

- BRECEDA, K.; RIGOLINI, J.; SAAVEDRA, J. (2008). *Latin America and the Social Contract: patterns of social spending and taxation*. The World Bank.
- COPPEDGE, M. (1998). The Dynamic Diversity of Latin American Party System. In: *Party Politics*, vol. 4, nº 4, p. 547-568.
- CRUZ, C.; KEEFER, P.; SCARTASCINI, C. (2016), "Database of Political Institutions Codebook, 2015 Update (DPI2015)". Inter-American Development Bank. Updated version of Thorsten Beck, George Clarke, Alberto Groff, Philip Keefer, and Patrick Walsh, 2001. New tools in comparative political economy: The Database of Political Institutions. 15:1, 165-176 (September), World Bank Economic Review.
- DOWNS, A. (2013). *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: ed. Edusp.
- FÁVERO, L. P. (2014). *Métodos Quantitativos com Stata*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- FIGUEIREDO FILHO, D. e SILVA, L. (2016). O Outlier que Perturba o seu Sono: como identificar casos extremos? In: 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Belo Horizonte.
- FUKUYAMA, F. (2013). *Political Order and Political Decay: from the industrial revolution to the globalization of democracy*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- GOÑI, E.; LÓPEZ, H.; SERVÉN, L. (2011). Fiscal Redistribution and Income Inequality in Latin America. World Development.
- GUJARATI, D. (2011). *Econometrics by Example*. Palgrave MacMillian.
- HAWKINS, Douglas M. (1980), *Identification of Outliers*. London: Chapman and Hall.
- HIGGINS, S.; LUSTIG, N.; RUBLE, W.; SMEEDING, T. (2014). Comparing the Incidence of Taxes and Social Spending in Brazil and the United States. Working paper.
- IVERSEN, T.; CUSACK, T. R. (2000). The Cause of Welfare State Expansion: deindustrialization or globalization? In: *World Politics*, vol. 52, p. 313-349.
- IVERSEN, T.; SOSKICE, D. (2006). Electoral Institutions and the Politics of Coalition: why some democracies redistribute more than others. In: *American Political Science Review*, vol. 100, nº 2, p. 165-181.
- IVERSEN, T.; ROSENBLUTH, F. (2006). The Political Economy of Gender: explaining cross-national variation in the gender division of labor and the gender voting gap. In: *American Journal of Political Science*, vol. 50, nº 1, p. 1-19.
- JANZ, N. (2015). Bringing the Gold Standard into the Classroom: replication in university teaching. In: *International Studies Perspective*, p. 1-16.
- KING, G. (1995). Replication, Replication. In: *PS: Political Science & Politics*, vol. 28, nº 3, p. 444-452.
- \_\_\_\_\_. (2003). The Future of Replication. In: *International Studies Perspective*, vol. 4, nº 1, p. 100-105.
- LINZ, J. (1990). The Perils of Presidentialism. In: *Journal of Democracy*, vol. 1, nº 1, p. 51-69.

- LOWI, T. (1972). Four Systems of Policy, Politics, and Choice. *Public Administration Review*, vol. 32, nº 4, p. 298-310.
- LUPU, N.; PONTUSSON, J. (2011), The Structure of Inequality and the Politics of Redistribution. In: *American Political Science Review*, vol. 105, nº 2, p. 316-336.
- MAINWARING, S.; PÉREZ-LIÑÁN, A. (2013). *Democracies and Dictatorship in Latin America: emergence, survival, and fall*. New York: Cambridge University Press.
- MELTZER, A. H.; RICHARDS, S. F. (1981). A Rational Theory of the Size of Government. In: *The Journal of Political Economy*, vol. 89, nº 5, p. 914-927.
- MILANOVIĆ, B. (2000). The Median-Voter Hypothesis, Income Inequality and Income Redistribution: an empirical test with required data. In: *European Journal of Political Economy*, vol. 16, p. 367-410.
- MURILLO, M. V.; OLIVEIROS, V.; VAISHNAV, M. (2011). Economic Constraints and Presidential Agency. In: LEVITSKY S.; ROBERTS, K. (eds.) *The Resurgence of the Latin American Left*, John Hopkins University Press.
- PÉREZ-LIÑÁN, A. (2016). Democracia, Radicalización, y Agencia Política en América Latina. In: *Revista Debates*, vol. 10, nº 1, p. 11-30.
- PÉREZ-LIÑÁN, A.; MAINWARING, S. (2014). La Supervivencia de la Democracia en América Latina (1945-2005). In: *América Latina Hoy*, vol. 68, p. 139-168.
- PRZEWORSKI, A. (2018). *Why Bother with Elections?* Cambridge, UK: Polity.
- REZENDE, F. (1996). Os Leviatãs Estão Fora do Lugar. *Dados*, vol. 39, nº 2, p. 196-211.
- \_\_\_\_\_. (2016). *Os Leviatãs Estão Fora do Lugar: democracia, globalização e transformações no papel do estado, 1990-2010*. Recife: editora UFPE.
- SABATIER, P. (1988). *An Advocacy Coalition Framework of Policy Change and the Role of Policy-Oriented Learning Therein*. Policy Sciences.
- STOKES, S. (2001). *Mandates and Democracy: neoliberalism by surprise in Latin America*. New York: Cambridge University Press.

**Submetido em 20/04/2018**

**Aceito em 23/06/2018**

## SOBRE OS AUTORES

**Rodrigo Lins** é doutorando e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com período como pesquisador visitante na Universidade de Nottingham. Tem como principais temas de interesse estudos de regimes políticos – sobretudo sobrevivência de democracias – e métodos de pesquisa. .  
E-mail: [linsprodrigo@gmail.com](mailto:linsprodrigo@gmail.com).

**Matheus Cunha** é mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Possui publicações e interesse nas áreas relativas à política comparada, incluindo corrupção política, processos de democratização, authoritarian politics, determinantes do gasto público e accountability.  
E-mail: [mscunha@gmail.com](mailto:mscunha@gmail.com).

## RADICALISM AND REDISTRIBUTION IN LATIN AMERICA (1990-2010): RADICAL GOVERNMENTS AND SOCIAL SPENDING

**Abstract:** Why do some governments redistribute income more than others? The starting theory for explaining redistribution (MELTZER and RICHARDS, 1981) contends that redistributive spending grows as the average voter is further away from the median of the income distribution in a given society. However, patterns of redistribution vary substantially among governments, even in the presence of similar levels of inequality. In order to contribute to the set of variables explaining this phenomenon (RODRIG, 1998; MILANOVIC, 2000; IVERSEN and SOSKICE, 2006), we hypothesize that more radical governments present greater social spending than more moderate ones. We define radicalism with the two dimensions suggested by Pérez-Liñán (2016): (1) level of polarization of the policies pursued by the political agent, and (2) the attempt to implement them in the short to medium term. To test our hypothesis, we analyze 19 Latin American countries from 1990 to 2010. We chose Latin America for its historically high levels of inequality, and because in the period studied radical governments appeared in some of the countries in the sample. We use a selection on observables research design, mobilizing a technique of panel analysis with fixed and random effects. Our results point that government radicalism does not significantly help predict redistributive spending when we control for ideology, globalization and other variables. However, we find a substantial and positive effect for opposition radicalism. We conclude that social spending might be part of a bargaining strategy of political leaders confronted with conflictive oppositions.

**Keywords:** radicalism; redistribution; Latin America.

## RADICALISMO Y REDISTRIBUCIÓN EN AMÉRICA LATINA (1990-2010): GOBIERNOS RADICALES Y GASTOS SOCIALES

**Resumen:** ¿Por qué algunos gobiernos redistribuyen renta más que los demás? La teoría básica de redistribución (MELTZER y RICHARDS, 1981) postula que los gastos redistributivos crecen a medida que el elector medio se aleja de la mediana de la distribución de la renta de una sociedad. Sin embargo, los patrones de redistribución varían considerablemente entre gobiernos, incluso en presencia de niveles similares de desigualdad. A fin de contribuir al conjunto de variables explicativas de ese fenómeno (RODRIG, 1998, MILANOVIC, 2000, IVERSEN y SOSKICE, 2006), sugerimos la hipótesis que los gobiernos más radicales tienden a tener más gastos sociales que los moderados. Definimos el radicalismo en ambas dimensiones presentadas por Pérez-Liñán (2016): (1) el nivel de polarización de las políticas del actor político y (2) tratar de ponerlas en práctica en el corto o mediano plazo. Para probar esta hipótesis, analizamos 19 países de América Latina entre 1990 y 2010. Elegimos América Latina tanto por los niveles históricamente inmensos de desigualdad de ingresos, como por el hecho de que, en ese período, gobiernos radicales surgieron en algunos países de la muestra. Utilizamos un diseño de búsqueda de selección en observables, movilizándolo una técnica de análisis de panel con efectos fijos y aleatorios. Nuestros resultados apuntan que el radicalismo del gobierno no es una variable significativa en la explicación de la variación en gastos redistributivos cuando controlada por ideología, nivel de globalización y demás variables. Sin embargo, encontramos un efecto sustancial y positivo para el grado de radicalismo de la oposición política. Concluimos que más gastos sociales pueden ser una estrategia de negociación de líderes políticos enfrentados con oposiciones conflictivas.

**Palabras clave:** radicalismo; redistribución; América Latina.